

Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social**

**REALIDADE BRASILEIRA: DIÁLOGOS ENTRE A TMD E FLORESTAN FERNANDES**

**MARCELA SOARES SILVA<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O objetivo deste texto é ressaltar a importância de alguns autores/as invisibilizados/as do pensamento social brasileiro. Consequentemente houve uma lentidão profunda nas análises sobre os aparentes paradoxos e falsos dilemas do subdesenvolvimento brasileiro.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Dependência. Superexploração

### **ABSTRACT**

This text highlights the importance of some invisible authors in Brazilian social thought. Consequently, there was a profound loss in the analyzes of the apparent paradoxes and false dilemmas of Brazilian underdevelopment.

**Keywords:** Development. Dependency. Super Exploitation.

### **INTRODUÇÃO**

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) e o pensamento Florestaniano, com diferenças em suas abordagens, demonstram a importância dos clássicos do marxismo e da apreensão do método em Marx para a pesquisa e intervenção social na realidade brasileira. Assim, o objetivo deste texto é ressaltar a importância de alguns dos/as expoentes do pensamento social brasileiro invisibilizados/as que, consequentemente, ocasionou a impressão hegemônica de aparentes paradoxos e falsos dilemas do subdesenvolvimento.

Nesse sentido, com base na TMD e no pensamento Florestaniano, nossa linha analítica traz algumas categorias, conceitos e teorias que expressam características estruturais para entendermos as particularidades da dependência dentro da totalidade social capitalista. Portanto, damos ênfase ao pensamento da TMD e de Florestan Fernandes para uma apreensão da

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense

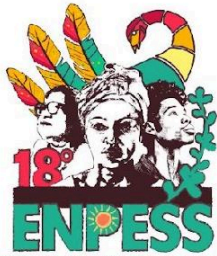
realidade latino-americana e brasileira, com base nas leis da acumulação capitalista que se particularizam nestas formações econômico-sociais.

## 1.Elementos centrais da TMD

Ruy Mauro Marini se afastou das teorias cepalinas, a partir dos anos 1950, quando teve contato com a tradição marxista, percebendo o processo de mistificação e domesticação das teorias do desenvolvimento (LEITE; ALVES, 2022). No caminho do marxismo, Marini apreendeu, no movimento do desenvolvimento desigual e combinado entre os países, os determinantes da dependência na América Latina. Desvelou as particularidades destas formações econômico-sociais enquanto uma expansão das economias hegemônicas e como produto da mundialização do próprio capitalismo. Por meio dessa análise, Marini avança crítica e qualitativamente nas análises cepalinas sobre a “deterioração dos termos de troca” com uma das grandes e fundamentais contribuições ao pensamento social latino-americano, porque identificou a existência de um “mecanismo” utilizado pelas burguesias latino americanas para compensar a “transferência de valor como intercâmbio desigual” na relação com as burguesias externas, hegemônicas e imperialistas que é a superexploração da força de trabalho (LUCE, 2018). E, como esta última, promove a deterioração dos termos de troca entre as economias no mercado mundial. De modo que “a troca desigual e a deterioração dos termos de troca operam em níveis distintos do mercado mundial capitalista, com a segunda sendo um fenômeno ativado por um mecanismo causal gerado pela primeira” (LEITE; ALVES, 2022, p.2-3).

Nesse sentido, Leite e Alves (Idem, p. 15) sintetizam a apreensão de Marini sobre a troca desigual que “equivale ao processo de transferência de valor que ocorre através da fixação dos preços no comércio internacional” entre as economias hegemônicas industriais e as economias dependentes desfavorecidas. Portanto, Marini identificou que as trocas desiguais são decorrentes tanto dos diferentes níveis de produtividade, que garantem o mais valor extraordinário para as nações hegemônicas, quanto pelas diferenças de produtividade somadas ao monopólio da produção. Sendo assim, a inserção no mercado mundial da América Latina se deu como provedora de produtos agropecuários e de matérias-primas industriais, via injeção de capitais acumulados das nações industriais, permitindo o aprofundamento da divisão internacional do trabalho (DIT) e a especialização dos “países industriais como produtores mundiais de manufaturas” (MARINI, 2011, p. 137).

No segundo processo de industrialização dos países latino-americanos de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

industrialização antiga, e pouco antes da integração monopólica ocorrida no pós-Segunda Guerra Mundial, se instaurou um “padrão de reprodução do capital” que viabilizou um desenvolvimento autônomo, como identifica Jaime Osório (2012): um padrão industrial, em sua etapa internalizada e autônoma, que se desenvolveu da segunda metade dos anos 1930 até os anos 1940.

No caso brasileiro, existiram dois períodos bem distintos, o primeiro demarcado entre os anos de 1922 e 1937, no qual houve diversas rebeliões e, segundo Marini, a “revolução de 1930”. De acordo com o autor, os motivos se devem ao processo de substituição de importações decorrente da Primeira Guerra Mundial, que estabeleceu, na década de 1910, uma acentuação da industrialização. Ainda nesta primeira fase, a crise mundial, que eclode em 1929, expande a modernização da indústria nacional porque o nível de importações foi diminuído promovendo a necessidade da industrialização. Nesse sentido, as alterações da estrutura econômica constituem um setor burguês industrial para atender as demandas de um mercado interno e de setores das classes trabalhadoras que intimidam as tradicionais franjas das classes dominantes para obter espaço na esfera pública e alcançar direitos. Sendo assim, por meio da ditadura do Estado Novo de 1937, se consolida a associação das burguesias com os latifundiários para atender a pressão das franjas urbanas das classes trabalhadoras com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), mas com a garantia do controle sindical com a submissão ao governo e a um modelo corporativista (MARINI, 2013).

Marini (2013, p. 76) apresenta que neste período estavam dadas as possibilidades de um desenvolvimento industrial autônomo no Brasil, mas este período foi cindido pela deterioração das bases que viabilizaram esse processo, pois “a complementaridade existente até então entre o desenvolvimento industrial e as atividades agroexportadoras se converteram em uma verdadeira oposição”. Retoma-se a integração ao capital internacional no padrão industrial que fora iniciado de forma interna e autônoma. Dessa maneira, “– a industrialização dependente –, que é acompanhada pela integração subordinada dos sistemas de produção, [reforça] o divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das amplas massas” (LUCE, 2018, p. 230).

Devemos apreender, dessa forma, que em meio às lutas sociais, as economias dependentes latino-americanas se constituíram para o atendimento das necessidades da circulação capitalista, que possuem como eixo de articulação as economias hegemônicas imperialistas, de modo que a produção latino-americana não dependia do mercado interno para o



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

escoamento das mercadorias e realização do mais-valor. Portanto, na realidade das economias dependentes existe a separação das fases do ciclo do capital, que é a cisão entre a produção e a circulação de mercadorias, “cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias” (MARINI, 2011, p. 155).

Aqui temos a essência do padrão de acumulação de capital típico da relação desigual entre as burguesias externas hegemônicas e as internas dependentes, em que a produção das últimas se subordina às primeiras, e, nesse sentido, exige-se uma superexploração das classes trabalhadoras da periferia. A teoria que Marini elabora sobre a dependência traz valiosas contribuições para a apreensão da condição de exploração das classes trabalhadoras latino-americanas, porque elucida por meio da discussão do mercado mundial a condição dependente das economias periféricas.

A categoria particular, estrutural e sistemática dessas economias é a superexploração da força de trabalho, que se apresenta como a base do ciclo do capital nas economias dependentes, onde esta categoria é hegemônica, se desenvolve e se reproduz, mesmo com o aumento da produtividade do trabalho e do mais-valor relativo, a ponto de dominá-las e subsumi-las. À vista disso, a própria dinâmica da produção de mais-valor extraordinário leva a esses resultados, de acordo com seus processos de acumulação de capital na dinâmica da DIT (VALENCIA, 2021).

As forças burguesas locais, no ciclo do capital nas economias dependentes, para maximizar a exploração da força de trabalho, viabilizam meios para elevar as horas de trabalho, a intensidade e a produtividade do trabalho, mas também expropriam parte do fundo de consumo dos/as trabalhadores/as, a fim de torná-lo uma fonte extra de capital que é adicionada ao fundo de acumulação. Portanto, nas economias dependentes engendrou-se “leis tendenciais específicas – como são a *transferência de valor como intercâmbio desigual*, a *cisão nas fases do ciclo do capital* e a *superexploração da força de trabalho*, que se cristalizaram enquanto características sistemáticas e estruturais” (LUCE, 2018, p. 162, grifos do autor).

À vista dessa apreensão em Marini, que Luce (2018, p. 178) elucida como a superexploração da força de trabalho pode ocorrer por meio “(i) [d]o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; (ii) [d]o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

normais; e (iii) [d]o aumento da intensidade além dos limites normais”. O primeiro atinge de forma mais direta o fundo de consumo das classes trabalhadoras, ou seja, compromete parte do que seria o equivalente ao valor histórico e moral do/a trabalhador/a. Já os outros dois meios prejudicam o fundo de vida, com sequelas para a saúde física e mental das classes trabalhadoras. Assevera que existe ainda um *quarto* meio de expropriação, que é consequente do primeiro, porque se realiza no “hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração praticada” (IDEM, p. 178). Portanto, através da superexploração da força de trabalho, as burguesias expropriam o fundo de consumo e o fundo de vida dos/as trabalhadores/as para seu fundo de acumulação (IDEM).

A lei do valor se determina para a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, tanto por determinantes histórico-particulares da periferia capitalista como também será circunscrita pelo aumento do grau de exploração de mais-valor relativo. Importante destacar que a superexploração da força de trabalho não significa a anulação da lei do valor. “Ela descreve e explica elementos específicos da lei do valor, contribuindo para aprofundar a teoria de Marx, a partir da historicidade, da totalidade e da negatividade da lei do valor” (LUCÉ, 2018, p. 154).

De acordo com Marini (2013, p. 173-174), nos países que têm como cerne a superexploração da força de trabalho, torna-se inviável o “desenvolvimento autônomo e de relações de trabalho ‘justas’, imprimindo à luta de classes um cunho necessariamente socialista”. Com base na análise marxiana, o autor reforça a necessidade de diferenciar o aumento do grau de exploração dos processos de superexploração da força de trabalho. Porque o aumento do tempo de trabalho excedente sempre significa maior exploração da força de trabalho. Assim, é preciso esclarecer que os/as trabalhadores/as dos países hegemônicos estão subordinados/as a uma intensificação constante de sua exploração. Porém, a elevação do grau de exploração pode corresponder a uma redução real do tempo do trabalho necessário, ou seja, tanto pode ser alcançado sem que o salário do/a trabalhador/a reduza abaixo do seu valor, quanto pode corresponder à extensão do trabalho excedente às custas do tempo de trabalho necessário para a reprodução do valor da sua força de trabalho. Sendo assim, neste último caso, a força de trabalho será remunerada a um preço inferior ao seu valor real, e o/a trabalhador/a não estará sujeito/a somente a um grau maior de exploração, mas será também objeto de uma superexploração.

De modo a compensar a transferência de valor com o intercâmbio desigual é necessário que as burguesias locais garantam a máxima exploração da força de trabalho, com o



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

prolongamento da jornada de trabalho, o aumento da intensidade e da produtividade do trabalho. Além disso, retiram parte do fundo de consumo, a fim de adicioná-lo ao fundo de acumulação. Isso significa que parte do trabalho necessário (destinado à reprodução da força de trabalho) é retirado, fazendo com que o/a trabalhador/a receba abaixo do seu valor histórico e moral para sua reprodução, prejudicando anos futuros de vida.

Adrián Sotelo Valencia (2021, p. 87) reitera que Marini não ignorou elementos superestruturais, que são mediações da superexploração da força de trabalho, ao analisar esta categoria, porque mesmo ao colocá-la num plano mais elevado de abstração, ao isolá-la, sempre considerou suas formas concretas nas formações econômico-sociais dependentes, significando a apreensão de como “se entrelaça com o Estado e com a dinâmica da luta de classes que o modula, seja no sentido de elevá-lo ou, bem, de revertê-lo em favor dos interesses da classe trabalhadora”.<sup>2</sup> Ao apresentarmos a categoria superexploração da força de trabalho temos o propósito de apreendê-la como uma tendência estrutural e sistemática, enquanto conteúdo categorial particular do capitalismo dependente (LUCE, 2018). Por meio desta perspectiva, é impossível a apreensão da categoria de superexploração da força de trabalho “sem compreender que ela está absolutamente envolvida na luta entre capital e trabalho, não apenas em relação aos salários, mas também às condições gerais de existência” (VALENCIA, 2021, p. 93).<sup>3</sup>

Com base na apreensão da dinâmica imperialista do capitalismo e do seu desenvolvimento desigual e combinado, Vânia Bambirra, uma das fundadoras da TMD, elucida que para analisarmos as economias dependentes latino-americanas temos que nos ater a que, em primeiro lugar, integram o mercado mundial capitalista e que se constituíram em seu processo de mundialização. Portanto, a “situação de dependência do sistema capitalista mundial (que se manifesta historicamente através da dependência em relação a um centro hegemônico) é uma situação condicionante do desenvolvimento das sociedades latino-americanas”. E, em segundo lugar, que são resultantes de uma reorganização estrutural, porque “a dependência condiciona a estrutura econômica que engendra os parâmetros das possibilidades estruturais” (BAMBIRRA, 2019, p. 41).

A autora busca não apenas aprofundar os estudos sobre as particularidades da dependência, mas pesquisar e demonstrar especificidades dentro da condição dependente latino-americana. Bambirra diferencia e identifica semelhanças entre os países latino americanos trazendo essas similitudes dentro de um arcabouço categorial de uma tipologia, distinguindo países de “tipo A, B e C”. Desse modo, se diferenciando de uma perspectiva gradualista, com

<sup>2</sup> Tradução livre do espanhol realizado pela autora.

<sup>3</sup> Tradução livre do espanhol realizado pela autora.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

base no resgate histórico da integração latino-americana ao mercado mundial. A nossa autora aponta que Brasil, México, Argentina, Chile, Uruguai e Colômbia “correspondem ao tipo que chamamos de países com início antigo de industrialização (tipo A)” (IDEM, p. 58).

Ainda que o processo de industrialização tenha se desenvolvido de forma subordinada aos países centrais com a reciclagem de formas de exploração da *hacienda* porfiriana ou da Casa Grande, amalgamadas sob novas roupagens e de acordo com a luta de classes nestes países. Como abordado acima, o segundo processo de industrialização latino-americana, nestes países “de tipo A”, se estabeleceu e se desenvolveu, no período entreguerras, com uma burguesia industrial atuando como classe dominante nacional. E, embora seus interesses se chocassem com as propensões e dominação oligárquica, essa burguesia industrial “foi gestada como um subproduto desse mesmo sistema, ainda que o contradizendo [...], não podem questioná-lo radicalmente, pois seguem necessitando daquele sistema de dominação, inclusive como uma questão de sobrevivência” (IDEM, p. 91-92). À vista disso, estabelece-se a necessidade de enfrentar os maiores obstáculos à industrialização com a demanda de uma maior flexibilidade do Estado e acesso ao poder por estes setores, que engendraram uma dominação burguesa oligárquica, que garantiu os privilégios básicos das oligarquias.

Nesse sentido, “ainda que a burguesia alcance a hegemonia econômico-social sobre todo o processo de desenvolvimento que ocorre a partir de sua ‘revolução burguesa’, trata-se de uma hegemonia comprometida” (BAMBIRRA, 2019, p. 91-92). Portanto, o “sistema monopolista com características de integração mundial já começa a se formar desde o fim do século XIX”. No entanto, é apenas no segundo pós-guerra, após o “padrão de reprodução de capital internalizado e autônomo”, que ocorre de forma completa a integração monopolista mundial, garantindo a hegemonia imperialista por meio “da criação de organismos internacionais para a integração política, seja através dos tratados de integração militar, seja, por último, através da expansão do capitalismo monopolista de Estado” (IDEM, p. 41).

As formas de estabelecimento da hegemonia eram garantidas em diferentes formas de silenciamento do dissenso ou pela repressão explícita ou por meio da cooptação. A síntese do compromisso paternalista burguês-oligárquico com a perspectiva modernizante da burguesia industrial eram Vargas (Brasil), Perón (Argentina) e Cárdenas (México), que conseguiram mesclar traços conservadores e modernos para “motivar as grandes massas, controlá-las e utilizá-las como instrumento de realização da política de desenvolvimento capitalista” (BAMBIRRA, 2019, p. 95- 96). Bambirra afirma que as economias hegemônicas estabeleceram, no âmbito do mercado mundial capitalista, a especialização das economias dependentes como



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

monoprodutoras, desencadeando a modernização com o desenvolvimento industrial, que gerou os componentes para ultrapassar a especialização. Apesar de que essa modernização tenha aberto possibilidades “para a superação da divisão internacional do trabalho, a indústria necessita do setor exportador como condição para a realização de seu próprio processo” (IDEM, p. 77).

Houve uma relação de interdependência entre o setor exportador e o industrial, que se engendraram amparados pela dinâmica do mercado mundial capitalista e explicam a aparência de uma coexistência de “tempos históricos distintos”. A interdependência entre os setores “se reflete de uma forma muito nítida na medida em que os capitais gerados no setor exportador são transferidos ao setor industrial (direta ou indiretamente, como, por exemplo, através do sistema bancário ou mediante subsídios estatais) e possibilitam sua expansão” (IDEM, p. 79).

Bambirra (2019, p. 187) assevera sobre a não realização de reformas necessárias para a consolidação e expansão do mercado interno, ao apontar o interesse da burguesia paulista sobre a reforma agrária, que tinha por objetivo a redistribuição de “terras em regiões de conflito social, a fim de diminuir o predomínio do latifúndio improdutivo”. A questão central que estava colocada era “a expansão das classes médias no campo, o que interessa ao sistema do ponto de vista econômico, pois amplia o mercado, e do ponto de vista político, pois funciona como amortecedor para as tensões sociais”. Até porque a grande concentração de terras em posse dos latifundiários ocasiona uma excessiva força de trabalho sobrando, que implica em salários agrícolas baixos e insuficientes para garantir os níveis de reprodução da força de trabalho. Por isso a utilização intensiva da força de trabalho se torna, em muitos casos, mais lucrativa que a aplicação de máquinas e de instrumentos agrícolas modernos em grande escala (BAMBIRRA, 2019).

As contradições que se apresentam no desenvolvimento desigual do mercado mundial, se reproduzem em âmbito local, regional<sup>4</sup> vistas na interdependência entre os diferentes ramos e setores econômicos. Acompanham as leis econômico-sociais do capitalismo em suas tendências e contratendências, que, por sua vez, são historicamente determinadas pela dependência. Nesse sentido, reiteramos que ainda que a reciclagem do “arcaico” apresente semelhanças com o período colonial, “a dependência deve ser situada historicamente tal como caracterizada por Marini e por Bambirra, para quem não faz sentido falar em dependência colonial. Situação colonial e situação de dependência são realidades distintas” (LUCE, 2018, p. 49). À vista disso, a dependência deve ser apreendida na totalidade social da DIT e analisada por suas

---

<sup>4</sup> Sobre isto ver André Gunder Frank (1969, p.5)





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

particularidades que irradiam “leis tendenciais específicas” que não estão desconectadas “da lei do valor e das leis gerais de funcionamento do capitalismo, mas são sua expressão particular” (IDEM, p. 197).

Nesse sentido, a TMD não traz apenas elementos fundamentais para entendermos a condição da periferia latino-americana, mas conecta a situação dependente ao mercado mundial em sua análise, identificando que o subdesenvolvimento não é algo “coercitivo e externo”, a ser “corrigido” com mais desenvolvimento capitalista ou que viveríamos uma situação neocolonial. A categoria de dependência é um caminho analítico-explicativo da constituição da América Latina, e, mediante esta categoria, é possível “definir o caráter condicionante concreto que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais atrasadas e dependentes” (BAMBIRRA, 2019, p. 38).

Como André Gunder Frank (1969) evidenciou, o subdesenvolvimento não é decorrente da sobrevivência de instituições “arcaicas” e da escassez de capital em regiões que permaneceram isoladas do fluxo da história mundial. Ao contrário, o subdesenvolvimento foi e continua sendo gerado pelo mesmo processo histórico que gera o desenvolvimento econômico: o próprio desenvolvimento do capitalismo. Porque a condição dos países latino americanos é o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (FRANK, 1969), que é constitutivo do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

## 2. O Pensamento Florestaniano

Florestan Fernandes, felizmente, está cada vez mais “vivo” na produção de conhecimento na universidade brasileira e demonstra como a construção do seu pensamento tem coerência com as consequências e problemáticas das lutas de classes, mas, principalmente, comprometimento com os/as despossuídos/as de tudo. Fernandes vai às vias de fato e as ultrapassa capturando as vigas estruturantes do capitalismo em sua totalidade. Como José Paulo Netto (2004, p.209) destacou, que para Fernandes inicialmente como sociólogo, o marxismo era “um dos recursos científicos a que [...] recorria o investigador que parecia não temer os riscos do ecletismo”, quando “tem diante de si a problemática viva e brutal da contra-revolução (burguesa) o referencial em tela ganha o estatuto de cânone de explicação e compreensão histórico-social”.

Portanto, esse direcionamento ocorre no calor da instauração da ditadura empresarial militar, da contrarrevolução, e fez com que Fernandes desdobrasse as temáticas do



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

imperialismo, da lei do desenvolvimento desigual e combinado, das lutas de classes, da consciência de classe, aprofundasse o debate entre reforma ou revolução, fazendo com que, em sua análise concreta sobre a contrarrevolução, aquelas temáticas se tornassem categorias que exprimem formas e condições de existência. (NETTO, 2004). Nesse caminho, Fernandes apreendeu a realidade latino-americana e brasileira, capturando como as leis da acumulação capitalista se particularizam nestas formações econômico-sociais.

De acordo com Octávio Ianni (1996), a obra de Fernandes (composta por 59 livros) funda uma nova interpretação do Brasil, que revela a formação, os desenvolvimentos, as lutas e as perspectivas do povo brasileiro. Revela um país constituído por indígenas, colonizadores/expropriadores portugueses, africanos/as trazidos/as como escravizados/as, imigrantes europeus, árabes e asiáticos/as incorporados como trabalhadores/as livres. “Mas essa é uma história baseada no escambo e escravidão, no colonialismo e imperialismo, na urbanização e industrialização, por meio da qual se dá, inicialmente, a formação da sociedade de castas, e, posteriormente, da sociedade de classes” (IANNI, 1996, p.25).

Fernandes ao se debruçar sobre a estrutura capitalista dependente, demonstra três realidades que lhes são inerentes: I) a concentração de renda, de prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico da dominação externa; II) há uma coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas que aparentam ser de diferentes “épocas históricas”, mas na verdade são interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna de renda, do prestígio social e do poder (implica a existência permanente de uma exploração “pré ou extra-capitalista”); e III) a “exclusão” de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico para a estabilidade e crescimento de todo o sistema (FERNANDES, 2009).

Quando se iniciou a industrialização, somente os setores econômicos e regiões com “maior vitalidade” conseguiram adequar e “normalizar” as relações de trabalho aos padrões capitalistas de mercantilização da força de trabalho. Já em outros setores econômicos, que por ausência de “vitalidade”, se transformaram “nos focos internos de dependência e subdesenvolvimento. [E] sofrem a partir de dentro a sobre-espoliação e sobreapropriação, através de agentes econômicos internos ou externos” (FERNANDES, 2009, p. 67). A sobreapropriação garante a partilha do excedente com as burguesias externas dominantes e os superprivilégios das burguesias internas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

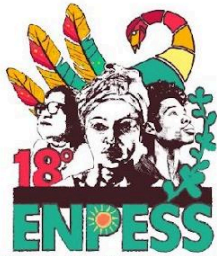
10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Como destacamos, com base em Fernandes (2006, 2009, 2011), a formação econômico-social capitalista latino-americana é constitutiva de uma articulação que aparenta uma “modernização do arcaico” com a “arcaização do moderno”, que, por sua vez, estrutura o desenvolvimento da fase industrial em ampla escala e garante o superprivilégio das burguesias locais com a superconcentração de renda, por meio da manutenção da degradação material e moral das classes trabalhadoras. Esse desenvolvimento permitiu e, ainda possibilita, a existência de um processo produtivo que aparenta uma amálgama de tempos históricos distintos, no qual a “anacronia”, a exemplo da escravidão contemporânea, não é uma “falha” do capitalismo ou produto da “incapacidade” de seus agentes econômicos nacionais; ela é a forma correspondente a um padrão de acumulação ancorado na “sobreapropriação repartida do excedente econômico” (FERNANDES, 2009, p. 62).

Da mesma forma, devemos apreender que a dependência se estabelece por meio de relações econômicas internas e externas, nas quais os parceiros externos possuem hegemonia e garantem vantagens que são compensadoras e úteis para as burguesias locais. Porque as últimas identificam que os objetivos das burguesias hegemônicas viabilizam um “processo mais ‘lucrativo’, ‘rápido’ e ‘seguro’”. Privilegiam, assim, as vantagens relativas do polo dinâmico mais forte porque ‘jogam nelas’ e pretendem realizar-se através delas” (FERNANDES, 2009, p. 60). Se consolidou na América Latina um “sistema de produção colonial”, de acordo com a funcionalidade de uma colônia de exploração, que combinava formas escravocratas, servis e “modalidades meramente suplementares de trabalho pago com a criação de uma riqueza destinada à apropriação colonial, ordenada legalmente e praticada por meios político-econômicos” (FERNANDES, 2009, p. 54-55). O processo de modernização capitalista, estabelecido com o domínio externo, impediu o desenvolvimento independente e a integração nacional, sem uma autonomia real. Porém, isso não significa que os setores sociais internos não se beneficiaram desta situação, porque a dependência e o subdesenvolvimento foram e são proveitosos tanto para o domínio externo como para as camadas dominantes internas (FERNANDES, 2009)

Portanto, a economia dependente brasileira continuamente se depara com o consumo, pelos agentes hegemônicos externos, de suas riquezas naturais e produzidas, situação que impede a centralização monopólica dos excedentes econômicos pelas burguesias locais. No entanto, “a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobre expropriação capitalistas” (FERNANDES, 2009, p. 51-52).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

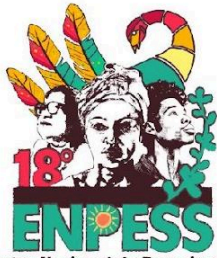
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Fernandes (2009) ressalta como a escravidão colonial foi fundamental para a eclosão e desenvolvimento do mercado capitalista e quando a “revolução comercial/industrial” acelerou a modernização interna, as predominantes relações de trabalho de origem colonial tornaram-se um entrave à expansão interna do mercado, exigindo a mercantilização da força de trabalho. Sendo assim, o/a negro/a se deparou, majoritariamente, com condições medíocres de trabalho livre em regiões com economia relativamente estagnadas ou perdeu se nas metrópoles “nos escombros de sua própria ruína, pois onde teve de competir com o trabalhador branco, especialmente o imigrante, viu-se refugado e repellido para os porões, os cortiços e a anomia social crônica” (FERNANDES, 2010, p. 62).

O homem negro foi direcionado “para a franja dos piores trabalhos e de mais baixa remuneração, ele se sentiu, subjetivamente, como se ainda estivesse condenado à escravidão” (FERNANDES, 1989, p. 20-21). Fernandes (1989) destaca que, sob o capitalismo monopolista, as oportunidades ocupacionais para os homens negros colocam-se, massivamente, no trabalho braçal na construção civil. É fundamental destacar a ausência de políticas de reparação, e, por sua vez, o abandono que negros e negras sofreram após os processos de alforrias e da abolição da escravidão

Nas suas particularidades e especificidades a revolução burguesa no Brasil não foi nos “moldes clássicos”, por um primeiro motivo claro, toda formação econômico-social apresenta particularidades históricas, que refletem especificidades no modo como as leis da acumulação se irradiam em cada realidade. Sob este aspecto, o autor apreende o movimento da realidade e identifica a ausência de uma burguesia revolucionária no Brasil, enquanto “paladina da civilização”. Além disso, não houve uma transição de um feudalismo para o capitalismo aqui no Brasil, porque aqui não houve feudalismo, mas uma formação econômico social colonial escravocrata com uma ordem oligárquica cafeeira, onde segmentos dessa oligarquia se urbanizaram e se aburguesaram. Formando um sujeito de valores na acumulação de capitais e burgueses no campo econômico, mas no campo político, social e cultural permanecem no “mandonismo oligárquico”, mantendo-se em “padrões de uma sociedade estamental e de castas”. Uma burguesia que se aproveita tanto do “atraso” como da “modernização” de outros setores. Até porque a maior parte era oriunda das oligarquias agrárias, representavam o caldo cultural do mundo provinciano e reproduziam “o mandonismo oligárquico” mesmo fora da oligarquia (FERNANDES, 2006).

Nesse caminho, é que temos uma formação econômico-social com relações sociais que segmentam e apartam as possibilidades de expansão dos aparatos democrático-



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

burgueses típicos de formações de clássicas revoluções burguesas. É sob este aspecto, que existe um profícuo debate sobre como o estabelecimento do nosso Estado nacional, pois seus elementos democráticos estiveram e estão alicerçados por determinantes da condição dependente, assim como étnico-raciais. Por isso, afirma-se que a revolução burguesa no Brasil se completou sem o aspecto nacional e democrático.

Dessa forma, a modernização capitalista e seu desenvolvimento ocorreu de forma limitada, segmentada, lenta, gradual, com “segurança”, sem acordar aqueles/as subalternizados/as. Essa construção sócio-histórica teve e engendra implicações para a essência do Estado brasileiro e, portanto, a forma violenta e autocrática do Estado no Brasil não é algo conjuntural, não é algo que deriva da correlação de forças de determinado período histórico. Diz respeito ao caráter do Estado, sendo assim, as alianças desses segmentos das burguesias nativas com as oligarquias contra as classes trabalhadoras fazem com que a ordem burguesa no Brasil, se legitime de forma restrita a um cerco “pelo alto”, ao que Fernandes denomina como um “circuito fechado”. Essa democracia restrita foi estabelecida por fundações profundas que – com vigas da crueldade aos escravizados/as e extermínio dos/as nativos/as – estabeleceram “muros” para restringir a participação e qualquer usufruto, da riqueza socialmente produzida, pelas classes trabalhadoras e subalternizadas. Por conseguinte, o uso da violência pelas classes privilegiadas sempre objetivou implantar o temor nas massas destituídas e isso foi particularmente intenso com relação à população negra por causa da escravização (FERNANDES, 1989).

A materialidade disso é o que Fernandes caracteriza como capitalismo dependente, no qual temos uma burguesia que nunca abandona seu caráter oligárquico e se alia ao imperialismo, acirrando o caráter autocrático do Estado, porque é pela autocracia que a sua forma estatal garante legitimação e hegemonia. O período da ditadura empresarial-militar, de 1964 a 1985, foi uma expressão militar da autocracia burguesa brasileira. Esse perfil intrínseco do Estado burguês brasileiro remonta pensarmos a cisão existente entre a revolução democrática e nacional, não deixando de reconhecer os elementos histórico estruturais étnico-raciais e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

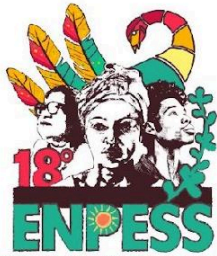
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

patriarcais, no processo da revolução burguesa no Brasil. Essa forma de modernização fez com que os conteúdos democráticos não fossem e ainda não sejam necessários para a obtenção de hegemonia.

A ditadura, com o protagonismo do Estado brasileiro, e autointitulada como Revolução (“revolução institucional”), significou uma contrarrevolução preventiva. Para enfrentar as exigências das classes trabalhadoras, que pautavam as “reformas de base”, reconhecidas como reformas democrático-burguesas (a exemplo da reforma agrária). Portanto, a contrarrevolução veio para frear a “expansão comunista”, com ações com “clara intensificação das tendências à fascistização do Estado, apoiadas em assessoria policial-militar e política, em recursos materiais ou humanos e em estratégias vindas de fora (como parte da ‘modernização global’)” (FERNANDES, 2015, P. 47).

Isto posto, para nosso autor, fica evidente o caráter do Estado burguês, enquanto o “comitê executivo da burguesia”, direcionando toda a sua análise nos aparentes paradoxos que compõem a formação das classes sociais na dinâmica desigual do desenvolvimento capitalista. Por isso, Fernandes evidencia as particularidades do nosso Estado burguês e caracteriza a heterogeneidade da autocracia burguesa brasileira com três faces salientes: a democrática, configurada numa democracia restrita; a autoritária, “que aparece como a conexão inevitável de uma política econômica de linha dura” estatal para garantir as melhores condições para a “implementação de um novo padrão de acumulação capitalista”; e a fascista, “que se implanta ‘dentro do Estado’ e nasce de necessidades ultrarrepressivas e da institucionalização da opressão sistemática” (FERNANDES, 2019, p. 88-89).

As burguesias brasileiras são historicamente “antissociais” no sentido da expropriação do trabalho, das exportações do excedente econômico, que alavancam as desigualdades econômicas e as tensões sociais. Estas são limitadas também pelo seu caráter “antinacional”, ao promoverem a repressão ou cooptação dos movimentos sindicais e das vanguardas políticas das classes trabalhadoras. Situação que lesou e, ainda, prejudica “os fracos dinamismos políticos que ligavam entre si a Nação e o Estado, bem como impediu a formação de dinamismos políticos novos, que pareciam em desprendimento da gradual consolidação da democracia de participação ampliada” (FERNANDES, 2011, p. 162). Está claro, para o autor, que não existirá uma nação ou uma verdadeira democracia social e racial enquanto os elementos históricos-estruturantes da escravidão colonial não forem ultrapassados. Porque apenas o negro e a negra compreendem “a natureza do problema e [possuem] condições psicológicas para enfrentá-lo sem mistificações e de lutar por sua solução integral” (FERNANDES, 1989, p. 43).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Dessa forma, a revolução burguesa, em solo latino-americano, não constituiu uma transição para formas autônomas de capitalismo, nem maior distribuição de riqueza, tampouco um mercado de trabalho dinâmico e expansivo comparado com as suas estruturas e aos seus ritmos demográficos. Mas reforça as características antinacionais, antissociais, racistas, patriarcais e fascizantes, que constituem o cerne da função predatória dos “interesses privados” locais ou internacionais. Portanto, somente a negação “ao mesmo tempo da dependência, do subdesenvolvimento e do capitalismo, oferece uma alternativa real ao padrão dependente de desenvolvimento capitalista” (FERNANDES, 2009, p. 90). Reconhecendo, dessa forma, além dos limites da periferia, como as burguesias transitam “do autoritarismo presidencialista para o fascismo” (IDEM, p. 141), pois a fase atual demonstra o caminho de uma prolongada ofensiva às classes trabalhadoras de orientação privatista e desmonte de direitos, via contrarrevolução preventiva e prolongada. Ao discutirmos a existência das reformas sociais nos países hegemônicos imperialistas, e como aquelas concretizaram, em certa medida, os direitos humanos, por meio do *Welfare State*, pensamos o Brasil e sua inserção na DIT, que consolidou uma economia dependente, onde a efetivação plena das reformas democrático-burguesas constituem-se numa inviabilidade política e econômica, tanto para os setores internos quanto para os setores externos.

## Considerações

Com base na TMD e no pensamento florestaniano temos um arsenal categorial das economias dependentes, que abre um amplo leque de possibilidades de pesquisa para desmistificar aparentes paradoxos da realidade dos países latino-americanos. Portanto, para nossos/as intelectuais, que tem a dependência como peça-chave analítica, o que aparenta atraso, revela, em sua essência, a historicidade dos processos sociais que constituem o modo de ser burguês nas economias periféricas e dependentes e mostra as contradições constitutivas do capitalismo, nas suas formas mais evidentes.

Nossa autora e autores elucidaram as distintas formas de expropriação, dominação e opressão-exploração intrínsecas do capitalismo em seu movimento mundial, operando de forma desigual e combinada. Além disso, aclararam a constituição do nosso Estado e, por sua vez, o posicionamento das nossas burguesias na DIT, e seus determinantes particulares na apreensão categorial da “cisão nas fases do ciclo do capital”, da “transferência de valor como intercâmbio desigual” e da “superexploração da força de trabalho”. De modo a esclarecer, sobre como as reformas democrático-burguesas tiveram sua condição histórica e geopolítica na DIT, e, que no



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Brasil, o encaminhamento para a sua concretização necessariamente se move para a radicalidade, porque para nossas burguesias efetivá-las significaria negar três fatores entrelaçados: I) seu posicionamento na DIT; II) seus superprivilégios; e III) a sua condição de classe burguesa. Porque o estabelecimento das economias dependentes se engendrou, preponderantemente, para atender as demandas da circulação capitalista comandada pelos países hegemônicos. Evidenciando uma rotina das classes trabalhadoras, destacadamente, as regionalizadas e racializadas, que “se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia (de fraqueza e de doença é que a morte Severina ataca em qualquer idade, e até gente não nascida)” (MELO NETO, 1955).

## Referências

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano** [1972]. 4. ed. Santa Catarina: Editora Insular/IELA, 2019.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

\_\_\_\_\_. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Brasil em compasso de espera**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 2009.

\_\_\_\_\_. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010

\_\_\_\_\_. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez.1989.

\_\_\_\_\_. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

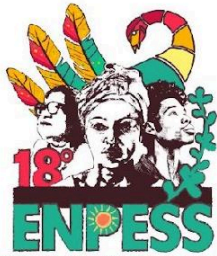
FRANK, Andre. **Latin America**: Underdevelopment or revolution. Essays on the development of underdevelopment and the immediate Enemy, New York/London: Monthly Review Press, 1969.

IANNI, Octávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 25-33, Abr. 1996.

LEITE, Leonardo; ALVES, Mattheus. Troca desigual, deterioração dos termos de troca e superexploração: quais os nexos causais na Dialética da Dependência de Marini? **Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia Política**, Uberlândia: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2022.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência**. Problemas e categorias: uma visão





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. A crise do desenvolvimento. In: CASTELO, Rodrigo (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 103- 118.

\_\_\_\_\_. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.) **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131- 172.

\_\_\_\_\_. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla et al. (org). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da TMD**. São Paulo, Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013, p. 21- 35.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina**. São Paulo: Tuca, 1955.

NETTO, José Paulo. **Marxismo Impenitente**. Contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla et al. (org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da TMD**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

VALENCIA, Adrian Sotelo. Las mediaciones de la superexplotación. In: ALVES, Giovanni (org.). **Trabalho e valor: o novo (e precário) mundo do trabalho no século XXI**. Marília, SP: Projeto editorial Praxis, 2021.